

Acidentes da sedução e submissão: para uma genealogia do Supereu¹

Christophe Dejours²

Tradução: Vanise Dresch e Bruno Konkewicz

Em seu texto *O Eu e o Id*, Freud (1923/2010) demonstra sua dificuldade em descrever de forma coerente as instâncias do Id e do Supereu. Esse texto, no qual ele define as instâncias da segunda tópica, sucede à reformulação da teoria das pulsões e à introdução da pulsão de morte em 1920. Se o Id é o reservatório das pulsões, é evidente que ele contém tanto pulsões sexuais de vida quanto pulsões que derivam da pulsão de morte. Freud se distancia, assim, de Groddeck, de quem tomou emprestado o conceito de Id, modificando radicalmente tal conceito, o que, aliás, resultará em protestos enérgicos por parte de Groddeck. Este, por sua vez, reconhece apenas a dimensão demiúrgica, e até mesmo genial, do Id e rejeita a pulsão de morte. Monismo pulsional em Groddeck, dualismo em Freud.

1 Conferência proferida na Jornada Anual da Constructo Instituição Psicanalítica, nos dias 18 e 19 de agosto de 2023.

2 Christophe Dejours, psiquiatra e psicanalista, membro titular da Associação Psicanalítica da França (APF) e do Instituto Argentino de Psicossomática Pierre Marty (IAPPM), presidente do Conselho Científico da Fondation Jean Laplanche. - *Institut de France, professor no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM)*, em Paris, e diretor do *Institut de Psychodynamique du Travail (IPDT)*.

Freud identifica essa bipolaridade do Id no Supereu, razão pela qual afirma que o Supereu é, majoritariamente, inconsciente. Por conseguinte, os esforços de Freud para esclarecer o conteúdo e o funcionamento do Supereu encontram diversas dificuldades, como evidenciam suas hesitações, seus vaivéns e as contradições que permeiam essa parte de seu texto. O Supereu é, portanto, tanto uma instância responsável por estabelecer limites às pulsões quanto uma instância pulsional. O Supereu supostamente existe para proteger o Eu dos ataques pulsionais, da realidade externa, ao mesmo tempo que pode tornar-se cruel e injusto para com este, chegando, por vezes, a persegui-lo. Para além da afirmação de que o Supereu é herdeiro do complexo de Édipo, não fica claro, no referido artigo, como e com quais meios o Supereu poderia garantir a proteção bem equilibrada do Eu.

Laplanche, em suas *Problemáticas*, debruçou-se longamente sobre a relação entre o inconsciente e o Id. Em *Novos Fundamentos para a Psicanálise*, ele chega a considerar que o Supereu contém encraves psicóticos (LAPLANCHE, 1987/2016, p. 137).

Essa proposição, não desenvolvida por Laplanche, foi retomada de forma mais sistemática por Marta Rezende Cardoso (2000). Ela ressalta que, na clínica, o Supereu se manifesta com forte incidência em toda a psicopatologia, principalmente nos impasses do trabalho analítico com os pacientes. Ela se questiona sobre “o polo mais obscuro: a reivindicação pulsional do Supereu, cujos aspectos sexuais desligados agridem o Eu” (*Id., ibid.*, p. 147). Ela retoma a questão da origem do Supereu à luz da teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche e conclui que “a formação do Supereu não parece ter uma natureza identificatória” (*Id., ibid.*, p. 153). Isso a conduz à ideia de que o Supereu seria formado a partir de mensagens comprometidas provenientes do adulto, principalmente daquelas que resistem a qualquer tradução. Consequentemente, essas mensagens não

poderiam ser integradas pelo Eu e permaneceriam definitivamente externas a ele, constituindo, em última instância, encraves psicóticos.

No presente artigo, examinarei a relação entre o Supereu contendo encraves psicóticos, os acidentes da sedução e a tópica da clivagem.

Fragmento 1

Na perspectiva clínico-conceitual que proponho, a “sujeição³” é distinta da obediência. A obediência consiste no consentimento para cumprir ordens dadas por um terceiro ou em não fazer o que é por ele proibido. “Obedecer: conformar-se, curvar-se ao que é imposto pelos outros ou por si mesmo” (Dicionário Robert). A obediência envolve não apenas ordens ou proibições, mas também a compreensão e interpretação da ordem ou da proibição por parte do indivíduo. Portanto, a obediência pressupõe que o indivíduo também compreenda o significado de desobediência. A sujeição, ao contrário, na perspectiva que desejo desenvolver neste artigo, não passa por um ato de pensamento, tampouco

3 O termo que utilizei até então foi “submissão”. Contudo, esse termo passou a ser utilizado, nos últimos anos, em referência à submissão na relação entre dois indivíduos, na qual um ocupa o lugar do sádico e o outro, do masoquista. Isso ocorre principalmente em trabalhos sobre a *queer sexuality*. Portanto, há, nestes trabalhos, um lugar para a submissão voluntária – até mesmo desejada – como via de acesso a prazeres eróticos específicos (Vide: GARCIA, M. *La conversation des sexes*. Paris: Editions Flammarion, 2021). No entanto, o que desejo abordar aqui concerne a uma conduta que não decorre apenas de uma escolha livre e voluntária, mas de um processo cuja origem é involuntária.

A sujeição remete à noção do assujeitamento da criança pelo adulto – assujeitamento este que passa pelo uso da violência exercida diretamente pelo adulto sobre o corpo da criança, com o objetivo de obter sua capitulação e sua submissão à vontade de um outro. A submissão em questão não é voluntária, mas sim imposta através da força. Visando distingui-la, utilizarei, a partir de agora, o termo “sujeição”.

por uma interpretação ou por uma compreensão intersubjetiva. Diferentemente da obediência, ela pressupõe a suspensão de toda crítica e de todo juízo.

A sujeição conota a abolição da vontade, do desejo e do afeto – a abulia, no sentido etimológico e psiquiátrico do termo.

A sujeição, por fim, pressupõe que todo o comportamento do indivíduo seja polarizado pelo desejo ou pela vontade do outro. Todos os recursos do indivíduo em sujeição são mobilizados por uma “magnetização” do corpo subjetivo pela vontade do outro, sem passar por uma interpretação de suas ordens ou proibições. A rigor, o outro não precisa proferir ordens nem proibições. A pessoa assujeitada “intui” a vontade do outro e, utilizando a inteligência do corpo, aprende a adivinhar os estados mentais do outro e a agir antecipadamente, em resposta às suas intenções.

Verifica-se, no caso da senhora Subdue⁴, uma clivagem. Ao contrário do que parece, a clivagem não se dá entre trabalho e fora-do-trabalho, embora seja fora do trabalho que a abulia se manifesta. Se essa paciente perde um emprego e não encontra outro prontamente, a abulia pode invadir toda a sua vida. A clivagem se dá entre o funcionamento neurótico-normal, do qual ela se mostra capaz, e a servidão voluntária – entre um funcionamento psíquico, afetivo e erótico que pode ser rico e uma sujeição que, nas sombras, é acompanhada por um apagamento do Eu.

4 Trata-se de uma paciente cuja história clínica não posso abordar por razões de sigilo profissional. Ela apresenta um estado de sujeição que se expressa em uma tendência à servidão que beira a subserviência. Assim, ela pode ter um desempenho profissional excepcional sob a direção de um superior hierárquico, mas quase nunca consegue se dedicar a um projeto pessoal, concebido por conta própria, nem na vida social nem na vida afetiva. Todas as suas condutas, por mais sofisticadas que sejam, respondem a uma ordem, segundo a vontade de um outro.

Julgo desnecessário mencionar as consideráveis dificuldades clínicas que tiveram de ser superadas para se chegar à identificação dessa organização psíquica em que o potencial psíquico só pode se revelar a partir de uma relação de sujeição. No entanto, cabe salientar que tal organização, inusitada nesta forma “total”, traz grandes dificuldades práticas. Como uma transferência só se faz possível de outro modo que não pela sujeição? Como evitar a sujeição da paciente ao desejo do psicanalista? Não pretendo abordar, aqui, o problema prático que concerne à perlaboração da clivagem no tratamento analítico (DEJOURS, 2019, pp. 259-296).

Limitar-me-ei a tentar elucidar a gênese dessa clivagem.

Fragmento 2

Qual relação essa sujeição estabelece com o Supereu? O medo provocado pela violência e pelo ódio do pai⁵, amplificado pelos horrores da guerra à porta de sua casa, assumiu um lugar tão significativo que o Eu parece ter se rendido completamente. Na tópica, o Supereu exerce sua tirania de forma tão permanente que não se encontram vestígios de seu principal derivado sintomático: a necessidade de punição. De fato, essa necessidade de punição surge, de acordo com Freud, com a ativação do conflito entre o Eu e o Supereu. Entretanto, no caso de minha paciente, neste caso de sujeição em sua forma pura, o Eu teria capitulado e a sujeição total o pouparia de qualquer conflito e sofrimento. No entanto, a capitulação não significa, neste caso, o desaparecimento do Eu ou sua destruição pelo Supereu. O Eu, sob a injunção do Supereu, herdeiro da

5 Essa paciente foi, durante toda a infância, aterrorizada pela violência do pai (ele a espancava desenfreadamente) em um contexto político de guerra e terrorismo.

violência e do ódio do adulto, torna-se invisível e inaudível. Todavia, ele pode se reorganizar com certa destreza sob duas condições:

- que seja a serviço de um outro que assume o papel do pai;
- que este outro não faça uso da violência contra o corpo do sujeito.

Sob tais condições, o Eu da paciente pode desenvolver todas as suas habilidades, mas a vontade dela se tornou inaudível. Sua vontade teria sido pura e simplesmente abolida e substituída pela vontade indulgente, em maior ou menor medida, desse outro? Creio que não. Não se trata da substituição de própria vontade pela vontade do outro. A vontade da paciente foi, antes, radicalmente transformada pela sujeição em desejo de servir. Trata-se de uma verdadeira transformação: a sujeição transformaria completamente o amor-próprio em *expectativa de reconhecimento* pelo outro. Nesse caso, seria uma transformação do desejo de viver para si em uma demanda pelo direito de viver para o outro. Assim, o Eu se desenvolveria a partir do reconhecimento obtido do outro. Ele não poderia mais se desenvolver por si mesmo. Na ausência desse reconhecimento indissociável da servidão, o Eu se extingue na abulia, na atimormia e na anedonia. Trata-se da forma extrema que a dinâmica do reconhecimento pode provocar quando se transforma em dinâmica da alienação. É uma forma específica de *patologia do reconhecimento*.

Parece-me que formas tão completas de sujeição ao Supereu são raras. É provável que existam de maneira parcial. Em outras configurações clínicas, as expressões psicopatológicas das perseguições exercidas pelo Supereu sobre o Eu são tão ruidosas que não nos atentamos para essa forma discreta de sujeição que, no entanto, age nas sombras. Todavia, essa sujeição nas sombras desempenha um papel importante na dificuldade desesperadora de muitos pacientes extremamente maltratados

em se separarem de seu perseguidor. Esse comportamento paradoxal é frequentemente interpretado como masoquista. Trata-se de um erro etiológico. Na ausência de manifestações evidentes de prazer no sofrimento, esse comportamento é da ordem da sujeição nas sombras.

Necessidade de punição e fenômeno dissociativo elementar

Fragmento 3

Apresentamos o caso de um paciente em análise, vítima, durante a infância, de violências físicas graves cometidas por adultos. Esse paciente evoluiu em meio a práticas violentas de um grupo político extremista, a descompensações somáticas e a episódios de dissociação psicótica. A sujeição se manifesta, na idade adulta, através de formas dramáticas de necessidade de punição.

Essa forma sintomática de necessidade de punição não se distancia muito do abuso sexual, como foi devidamente salientado por Freud: “Foi uma surpresa descobrir que um acréscimo deste sentimento de culpa ics [inconsciente] pode converter um homem em criminoso. Mas não há dúvida de que é assim. Em muitos criminosos, principalmente juvenis, pode-se demonstrar que havia um poderoso sentimento de culpa antes do crime, e que, portanto, é o motivo deste, não sua consequência; como se fosse um alívio poder ligar este sentimento de culpa inconsciente a algo real e imediato” (FREUD, 1923/2010, p. 49).

No entanto, essa proximidade entre a necessidade de punição e a passagem ao ato violento, destrutivo ou assassino levanta a questão da transição

ou das condições que favorecem a passagem da posição de vítima que consente ao abuso à posição de algoz.

Do acidente da sedução ao gozo destrutivo

Voltemos à sequência genealógica que produz a compulsão a se oferecer como vítima dos maus-tratos do outro adulto. É o acidente da sedução que abre o caminho. A violência do adulto torna a mensagem simultaneamente superexcitante e intraduzível para a criança. Sedimenta-se assim uma mensagem radicalmente não traduzida que, topicamente, toma lugar no inconsciente amencial e adquire uma textura em que medo e ódio compõem uma mistura formada a partir do medo experienciado pela criança e do ódio (sexual) do adulto contra o corpo desta. Sob qual forma existe esse traço de uma mensagem intraduzível no inconsciente amencial? Sob a forma essencial da sujeição, que compromete toda a subjetividade da criança e provoca um estado do corpo semelhante à prostração, sem afeto nem pensamento. Posteriormente, quando o Eu emerge da prostração e a parte esquerda da tópica (pré-consciente – inconsciente sexual recalçado) retoma seu funcionamento, ressurgem as moções pulsionais.

Estas podem assumir duas formas:

– A primeira se dá em caso de capitulação definitiva do Eu, como se seus interesses fossem extintos. Resta apenas, como no caso da senhora Subdue anteriormente exposto, o desejo de ser amada pelo adulto, um desejo que se transformou inteiramente, sob o efeito da sujeição, em vontade de servir, em servidão voluntária e em alienação na demanda de reconhecimento pelo outro, sendo este outro, então, o único capaz de mobilizar o Eu.

– A segunda ocorre quando a capitulação do Eu não se deu de forma definitiva. Os interesses do Eu se restabelecem: o desejo de ser amado pelo adulto, a esperança de seduzi-lo para conquistar a autoestima e para poder amar a si mesmo. Essas moções pulsionais passam pela mobilização do corpo no agir expressivo da sedução. Em tal situação de alta tensão para a economia psíquica, a “zona de sensibilidade do inconsciente”, que é a zona de vulnerabilidade da tópica da clivagem, é inevitavelmente posta à prova. Há, então, o risco de desestabilizar a clivagem, dando margem à irrupção do inconsciente amencial e à invasão do Eu por uma mistura de medo e de ódio a si mesmo. “Encravados” no inconsciente amencial, o medo se transforma em medo de si mesmo e o ódio do adulto à criança se transforma em ódio a si mesmo. O agir expressivo da sedução mobilizado pelo Eu, para além do adulto violento durante a infância (por exemplo, a jovem que pede ao paciente para espancá-la), desencadeia, assim, a ameaça de represálias oriundas, desta vez, do Supereu, o qual, em última análise, nada mais é que esses encraves psicóticos depositados no inconsciente amencial.

Cabe, aqui, esclarecer como se dá, por vezes, a transição da necessidade de punição – imposta ao Eu pelo Supereu, como no caso do senhor Milit, traduzindo-se em compulsão a provocar mais ou menos intencionalmente a raiva do pai e as agressões corporais ao Eu – à passagem ao ato contra o outro. Convém enfatizar que, quando ocorre a passagem ao ato contra o outro, o alvo não é o adulto que exerceu a dominação através do terror. A passagem ao ato é frequentemente desencadeada contra uma pessoa indefesa e vulnerável: estupro pedófilo, estupro e/ou assassinato de uma mulher, como muitas vezes verificamos em homens violentos (WELZER-LANG, 1991/2005) que espancam, violentam ou matam suas esposas ou parceiras. Abordarei mais detidamente as condições que favorecem a transição da necessidade de punição à passagem ao ato contra o outro. No momento da passagem

ao ato, o medo provocado na vítima parece potencializar a violência do agressor. Outros agires expressivos da vítima podem ter esse mesmo efeito: movimento de súplica, movimento de submissão. É, portanto, o confronto com esses mesmos agires, oriundos, desta vez, do outro, que intensifica a crise. E quando a compulsão ao ódio se apodera daquele que subitamente se torna o agressor, este experiencia uma excitação que beira a embriaguez e inverte instantaneamente o comportamento de sujeição em comportamento de algoz. O vocábulo “algoz”, conforme aqui utilizado, remete a uma dimensão particular dessa inversão que evoca uma fúria de punir a vítima, como se, por sua atitude de medo ou de súplica, esta estivesse cometendo um crime que mereceria um desencadeamento justificado de castigos e crueldades. Esse estado de excitação que acompanha as sevícias e o terror infligidos à vítima parece ser sempre um misto de:

– ódio e violência, que correspondem à descarga da compulsão amencial, por um lado,

– e gozo sexual que marca a vitória sobre a anedonia, ou seja, sobre a evitação da afetabilidade do corpo subjetivo, ao permitir o retorno triunfante do afeto e do corpo capaz de experienciar a si mesmo, sob o modo da potência sexual, por outro lado.

Trecho do diário escrito pelo assassino dos oito vereadores de Nanterre em 2002:

“Mãe, eu deveria estar morto há muito tempo. Não sei fazer nada na vida. Nem mesmo morrer sem machucar alguém. Eu me rendi há muito tempo. Queria amar, aprender a trabalhar, aprender a lutar por pessoas e coisas que amo. Eu queria ser livre. Mas tenho uma mentalidade de escravo, de fraco. Eu me

sinto tão sujo. Durante anos, desde sempre, nunca vivi. Eu me masturbei demais, no sentido literal e figurado. Estou ferrado. Não tenho passado nem futuro. Não sei viver o momento presente. Meu corpo está se degradando porque não me respeito, não me amo (...). Por ser um cara tão covarde, egoísta e retraído, não mereço viver. Mas tenho que morrer pelo menos me sentindo livre e me divertindo. É por isso que tenho que matar pessoas. Uma vez na minha vida vou ter um orgasmo. Terei o sentimento da potência de ser alguém. Viver é assumir responsabilidades...”

Excertos do *Le Monde*, sábado, 1 de fevereiro de 2020, p. 14:

Atrás de seus óculos retangulares, Adrien Bottollier parece tão sensato. Em 21 de maio de 2015, às 4 da manhã, esse rapaz deu vinte e oito facadas no corpo de um indigente que conhecera quinze minutos antes. Ele havia colocado a arma no bolso da jaqueta ao sair de casa naquela noite de insônia porque queria “ver como era matar alguém”.

Mostapha Hamadou é um homem baixo, de 51 anos, sob curatela, bipolar e alcoólatra, que mora com a irmã desde que deixou o centro onde fazia tratamento de desintoxicação. Um tratamento ineficaz: em 20 de maio de 2015, a videovigilância na cidade de Chambéry capturou sua longa noite de perambulação e embriaguez pelas ruas do centro da cidade, pontuada por um cochilo em uma escada. Às 3h 42, Mostapha Hamadou cambaleava quando um jovem de 20 anos se aproximou dele.

Adrien Bottollier cursa o primeiro ano de psicologia, veio estudar em Chambéry porque não passou em medicina em Lyon, e não há universidade em Thonon-les-Bains (Alta Saboia), onde

permaneceram sua mãe, caixa, e seu pai, operário de fábrica. Em 20 de maio de 2015, o jovem estava deitado ao lado de Diane, sua namorada, mas não conseguia dormir. “Senti que meus impulsos estavam crescendo há vários dias”, explica ele no tribunal. “E naquela noite, não consegui controlá-los.” Os impulsos. Eles se manifestam em cada etapa dolorosa de uma existência normal: aos 12 anos, quando seus pais se divorciam; aos 16 anos, quando sua ex-namorada anuncia que está grávida e deve fazer um aborto; aos 18 anos, quando desistiu de ser bombeiro devido à poliartrite. Nesses momentos, diz ele, “ódio, raiva e uma espécie de fúria” o invadem; ele tem “dificuldade para respirar, visão embaçada, diminuição do campo de visão”. Então, ele soca as paredes, corta seu corpo. A mutilação o alivia. “São os mesmos impulsos que me levaram a matar, mas, no início, conseguia evacuá-los através das escarificações. Isso me permitia recuperar o controle e eu me sentia melhor”.

“Me coloque na cadeia.”

“Perguntei se ele tinha esposa e filhos, ele respondeu que não. Se eu o matar e ele desaparecer, quem vai chorar por ele?”. Primeira facada, no rosto, perto do olho esquerdo. “Eu esperava que isso fosse suficiente, que seria rápido, que haveria o mínimo de sofrimento possível.” Mostapha Hamadou dá alguns passos, cai. “Eu me aproximei dele andando e, quando ele me perguntou o que eu estava fazendo, me ouvi dizer que ia matá-lo”. Nem um pinga de emoção na voz fraca e monótona de Adrien Bottollier, imóvel no tribunal e incapaz de se lembrar das próximas vinte e sete facadas no peito, nas costas, na nuca, no pescoço. A primeira imagem que lhe vem à mente é: “Estou à porta da minha casa rindo feito um louco. Quando vi o sangue

nas mãos, comecei a vomitar.”

Adrien sobe, lava-se, junta-se à namorada na cama, os dois fazem amor.

Meia hora depois de seu crime, ele escreveu a Manon: “Pela primeira vez, meus delírios assassinos não são delírios. Você acredita em mim se eu disser que matei nesta noite?” Mais adiante: “Nunca me senti tão vivo, mas se você puder, me ponha na prisão” (SECKEL, 2020, p. 15).

Esse estado de gozo que beira a embriaguez e pode até escalar para um estado oniroide ou mesmo crepuscular, no sentido psiquiátrico desses termos, constitui um ponto de inflexão que é muitas vezes um ponto sem retorno. De fato, a experiência de transmutação da sujeição em gozo triunfal atua, em seguida, como uma bacia de atração para o Supereu que, depois de ter exigido do Eu, durante a infância, que se submetesse à necessidade compulsiva de punição, agora o impele à passagem ao ato violento contra a vítima. O gozo é a encruzilhada de onde parte o risco de reincidência, um problema temível para os magistrados designado sob o termo “periculosidade”.

Por que alguns indivíduos permanecem submissos, como a senhora Subdue, ao passo que outros, como o assassino de Nanterre, se transformam em algozes? A fim de compreender o comportamento deste último, poderíamos recorrer, aqui, ao mecanismo de “identificação com o agressor”, conforme descrito por Anna Freud. Contudo, segundo ela, essa identificação constituiria uma etapa preliminar à formação do Supereu, e a identificação com o adulto violento se daria anteriormente a um segundo tempo em que a agressão estaria voltada para o interior, no movimento de interiorização de toda relação agressor-agredido. O

processo descrito por A. Freud situa-se, portanto, no extremo oposto da genealogia que tentei traçar, na qual é precisamente a submissão que precede a passagem à violência. Poderíamos também considerar a identificação do agressor com a vítima que desencadeia sua crueldade. Se, de fato, há grande probabilidade de que o agressor reconheça, em sua vítima, a criança que ele foi um dia, submetida à violência do adulto, não podemos falar em identificação. Deveríamos, antes, pensar em uma identificação com o agressor – ou uma imitação do agressor. Por fim, poderíamos recorrer à concepção de Ferenczi em seu célebre texto *Confusions de langue entre les adultes et l'enfant*. A descrição de Ferenczi sobre o impacto psíquico da violência do abuso sexual é muito semelhante àquela que tentei desenvolver neste artigo. Ferenczi escreve:

As crianças se sentem física e moralmente indefesas, suas personalidades ainda muito fracas para serem capazes de protestar, mesmo em pensamento. A força e a autoridade avassaladora dos adultos as emudecem e podem até fazer com que percam a consciência. Contudo, quando este medo atinge o seu ápice, ele as obriga a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer, esquecendo-se completamente de si mesmo, e a *identificar-se totalmente com o agressor* (grifo do autor) [...]

Entretanto, a mudança significativa ocasionada na mente da criança pela identificação ansiosa com o parceiro adulto é a introjeção do sentimento de culpa do adulto: o jogo, até então inócuo, torna-se um ato que justifica uma punição.

Se a criança se recupera de uma tal agressão, ela sente uma extrema confusão; na verdade, ela já se encontra cindida, inocente e culpada, e sua confiança no testemunho de seus próprios

sentidos está abalada. (...) O que importa do ponto de vista científico, nesta observação, é a hipótese de que a personalidade ainda pouco desenvolvida reage ao desprazer súbito não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e pela introjeção daquele que a ameaça ou a ataca (FERENCZI, 1982, pp. 130-131).

Ferenczi descreveu, portanto, um processo semelhante em todos os aspectos ao que tentei apresentar aqui, tanto no caso da senhora Subdue quanto naquele do senhor Milit. Mais adiante, lemos: “Chegamos a uma forma de personalidade composta apenas por Id e Supereu, sendo, consequentemente, incapaz de afirmar-se em caso de desprazer” (*ibid.*, p. 131). O ponto de discordância diz respeito à reformulação metapsicológica de Ferenczi: sua insistência na “identificação com o agressor” (o outro adulto) e na “introjeção do sentimento de culpa do adulto”. Nunca encontrei qualquer sentimento de culpa por parte do adulto, nem em abusadores sexuais nem em “homens violentos”, tampouco em terroristas. Ferenczi compreendeu bem a dimensão da sujeição, mas ele não considera as consequências metapsicológicas que proponho aqui, apesar da dimensão mensageira que Laplanche acrescenta à concepção de Ferenczi (ele afirma, aliás, que Ferenczi abriu o caminho para a teoria da sedução generalizada).

A sujeição e o “padrinho”

Aventure-me, aqui, a propor uma explicação diferente daquela de Ferenczi, baseada tanto nos pacientes que acompanhei em minha prática clínica quanto em casos judiciais que examinei: a passagem da submissão ao outro adulto à violência punitiva infligida a uma vítima indefesa seria mediada pela intervenção de um líder, isto é, de um chefe que detém um poder de represálias, semelhante a um “padrinho” na máfia,

um indivíduo (ou um grupo) que realiza duas operações:

– A primeira consiste em exercer sua influência e sua dominação sobre o paciente que a ele se submete.

– A segunda consiste em estigmatizar uma determinada categoria de seres humanos, que “merecem” desprezo, humilhação, assédio, espancamento, perseguição, castigo e até mesmo a morte. A depender do caso, essa categoria de seres humanos pode ser composta por moradores de rua, alcoólatras, mendigos, homossexuais, judeus, negros, árabes, brancos... A estigmatização passa pelo uso de argumentos paralógicos, enunciados sob o modo de clichês, de estereótipos, de pensamento reduzido a imagens.

O “padrinho” exerce sobre o paciente um domínio passível de ser alimentado por um controle de clã, gangue, máfia ou grupo paramilitar, e exige a sujeição, com o seu correspondente: a servidão voluntária. Todavia, diferentemente do adulto violento que a criança conheceu, o “padrinho” abre espaço para o reconhecimento. Tal reconhecimento só pode ser concedido se o paciente der sua contribuição para a violência contra os seres humanos da categoria designada pelo “padrinho” como merecedora de castigo.

A maioria daqueles que passam da sujeição à violência punitiva o *fizeram mediante a sujeição a um líder*, um condutor, um chefe de gangue que exerce sua dominação sobre um grupo de jovens que provavelmente foram todos, na infância, vítimas da violência do adulto. Este é o paradoxo do assassino: ele comete violência por sujeição, mata por sujeição. É o caso de todos os pacientes que acompanhei, que passaram por um período de delinquência. É também o caso de todos os terroristas islâmicos cujas fichas criminais estudei, de assassinos em série e ativistas

políticos de grupos extremistas, bem como de estupradores e pedófilos que se organizam em redes. Eles agem por sujeição. Mesmo quando não há rede, clã, grupúsculo ou organização terrorista, há sempre um “padrinho”, mesmo que isolado, que exerceu uma dominação e exigiu a sujeição, que mostrou o caminho a ser seguido e designou a categoria-padrão do alvo a ser atacado. E, por vezes, é na própria família do paciente que o “padrinho” se encontra: um irmão mais velho, um primo, um tio, um amigo da família, um vizinho...

De qualquer forma, contrariamente à explicação que, desde Le Bon e Freud (em *Psicologia das massas e análise do Eu*), a maior parte dos autores adota, a adesão à violência não parece passar por uma identificação com o líder. O processo seria bem diferente. Não se trata de *identificação* com o líder, mas de *sujeição* ao líder. Não se trata de ser como o líder ou como o outro adulto que foi violento, mas de submeter-se ao líder-“padrinho” e tornar-se violento *para ser reconhecido por ele*. Ser reconhecido pelo outro não significa identificar-se com o outro ou ser identificado pelo outro, mas, sim, ser reconhecido para poder ter o sentimento de viver, para experimentar o gozo, sentir o próprio corpo como estando vivo. Ao cometer um estupro infantil, ao estripar a própria mulher, o assassino não se identifica nem com o líder, nem com o outro adulto, tampouco com Deus. Ele goza do sentimento de estar vivo. E se fosse absolutamente necessário encontrar um lugar para a identificação nessa genealogia da compulsão violenta, seria uma identificação do Eu com o Supereu. Nada além disso.

Do gozo à serenidade

O gozo experienciado através da descarga da pressão exercida por aquilo que, no Supereu, provém do inconsciente amencial, cedendo à compulsão

à destruição⁶, seria o principal componente da violência, seja esta atos de crueldade, tortura, fúria, assassinato ou estupro. No estupro (de um adulto ou de uma criança), o gozo provém dessa descarga. E esse gozo, mesmo que sua origem distante seja sexual (acidente de sedução), não é de ordem erótica, posto que o erotismo implica o consentimento do outro, até mesmo nas formas mais drásticas de sadomasoquismo perverso. O gozo, tal como descrito nessa genealogia, parece ter os atributos de uma descompensação, essencialmente duas características:

— O episódio em forma de crise aguda, incontrollável, até mesmo cataclísmica, associado *stricto sensu* ao conceito de “passagem ao ato”, conforme concebido na psicopatologia.

— Durante o episódio de violência, o Eu perde sua coesão, seus limites, seu poder de pensar e suas defesas, encontra-se em um estado de desligamento e excitação máxima, semelhante a um estado de confusão que beira a amênia (no sentido de Meynert), mas que não parece em total dispersão, como na amênia. Algumas ligações específicas do Eu pré-consciente resistem ao desligamento, uma vez que o desligamento que produz a superexcitação é experienciado como gozo – e, se há gozo, deve haver um Eu e um corpo para o experienciar.

No entanto, o gozo da passagem ao ato compartilha os atributos de uma descompensação, porque o Eu, nessas circunstâncias, tem o seu funcionamento habitual radicalmente modificado.

A clivagem foi, de fato, rompida, e as consequências para o Eu podem ser irreversíveis. Trata-se de uma situação equivalente àquela que

6 Sua irredutibilidade à pulsão sexual de morte, conforme a elaboração de Laplanche, convém salientar; a meu ver, ela corresponderia à compulsão não-sexual de morte (DEJOURS, 2001).

tentei descrever no capítulo “Clivagem dissociativa” de *Prática da democracia*, a respeito daqueles que, também por sujeição, se tornam torturadores. Nesses casos, a sujeição não resulta principalmente de uma organização da personalidade estabelecida desde a infância e a adolescência pela violência do outro adulto, mas sim da violência exercida sobre esses indivíduos pelo exército, quando já eram adultos. A descompensação e a ruptura da clivagem podem, então, resultar em uma carreira de delinquência e crimes repetidos, em um ritmo mais ou menos constante.

Todavia, a descompensação e a ruptura da clivagem podem encontrar outra saída. Em vez de se tornar o ponto de partida de uma trajetória pontuada por episódios alternados de angústia e gozo, a descompensação inicial é superada graças a uma organização coletiva que não apenas legitima o recurso à violência, mas exalta seu uso e a torna rotineira.

Nessas condições específicas, é o *reconhecimento* mútuo, principalmente entre os pares, que não apenas restabelece a clivagem, mas também traz serenidade. Os dois regimes de funcionamento psíquico coexistem, então, sem conflito. No exército, o sujeito é um assassino ou um torturador. No espaço privado, ele é um indivíduo comum, com um indiscutível potencial de investimento em uma economia amorosa e erótica. Com essa configuração, aquilo que, no Supereu, é oriundo do inconsciente amencial pode exercer seu poder em um setor (guerra, tortura, terrorismo, máfia) em que o Eu se submete e funciona em servidão voluntária aos superiores, aos suboficiais, ao “padrinho” e à “família” (na acepção que este termo adquire em organizações mafiosas), aos líderes do clã, ao passo que, em outro setor, o Eu opera imune aos ataques do Supereu. Isso resulta em uma forma estável de “normalidade”, permitindo restabelecer a calma e a serenidade.

Fragmento 4

Convém ressaltar, no plano clínico, que eu desconhecia totalmente a existência de uma comunidade extremista⁷ e da relação de amizade ideal de meu paciente com um de seus membros, embora ela tenha ocupado um lugar significativo, inclusive do ponto de vista temporal, na vida desse paciente durante longos anos de análise. Certamente, a clivagem ainda se mantinha apoiada na comunidade, mas esta não era mais suficiente para contê-la, como acontecia antes da nova relação amorosa. Chegamos, aqui, ao difícil problema prático da perlaboração da clivagem, cujos elementos constitutivos escaparam, durante anos, à análise. Depois de tantos anos mantidos fora da análise, a entrada em cena desses elementos não garante que a clivagem seja acessível a um trabalho analítico sobre a sujeição, o Supereu e o inconsciente amencial. Deixo de lado essa questão da prática para retomar a metapsicologia da aliança entre o Supereu e a organização do grupo social.

Supereu, grupo social e imaginário social

Parece-me que, quando um equilíbrio psíquico é conquistado por indivíduos cujo desenvolvimento psíquico foi distorcido pela sujeição, sob o efeito da violência do adulto e dos acidentes de sedução durante a infância, ou seja, quando uma “normalidade” é possível, ela sempre passa por uma clivagem, cuja estabilidade repousa sobre *uma aliança do Eu com forças provenientes da sociedade* que controlam o inconsciente amencial e os encraves psicóticos ou que lhes garantem uma saída sem prejuízos para o Eu.

7 Na história desse paciente, perdura um grupo de antigos milicianos extremistas, atualmente isolados da vida política, da realidade social e da ação, para a qual ele permanece contribuindo 30 anos após sua adesão quando adolescente.

Como funciona essa aliança?

Para tentar responder a essa pergunta, farei uma incursão pela história de um assassino canibal.

Estou fascinado. Ela é a mulher mais linda que já vi. Alta, loira, pele branca e pura, ela me encanta com sua graça. Eu a convidei para um jantar japonês em minha casa...”. Em junho de 1981, Sagawa Issei, um japonês de 32 anos que veio estudar francês em Paris, convidou a holandesa Renée Hartevelt, 25 anos, para um jantar em seu apartamento no 16º distrito. Ele pede que ela leia um poema em alemão, se aproxima dela por trás e, com uma arma silenciosa, atira em sua nuca. Depois, por vários dias, enquanto ouve o poema gravado, ele a corta em pedaços, come e, em atos de necrofilia, guarda o corpo fragmentado na geladeira. Preso a caminho do Bois de Boulogne para se livrar do resto do corpo, ele foi submetido a uma perícia psiquiátrica, considerado inimputável e enviado de volta ao seu país, onde outros médicos o declararam responsável por seus atos. No entanto, sob a lei internacional, ele não pode ser julgado novamente: após uma segunda internação psiquiátrica, foi liberado em 1986 e, hoje, vive livre nos subúrbios de Tóquio.

O caso Sagawa teve repercussão internacional: inspirou uma música dos Stranglers (*Madness*, 1981) e outra dos Rolling Stones (*Too much blood*, 1983), além de um livro de Kara Jûrô (*Lettres de Sagawa*), que recebeu, apenas dois anos após o caso, o prestigioso prêmio Akutagawa. Sagawa Issei se tornou uma celebridade, um cronista gastronômico que aparece na televisão e que escreveu cerca de vinte livros com títulos duvidosos – *Taberaretai* (Gostaria de ser comido), *Hana no Pari ai no Pari*

(Paris a flor, Paris o amor)... – nos quais ele aborda incansavelmente o seu crime enquanto a mídia se indigna com sua notoriedade, mas continua a alimentá-la.

Esta não é certamente a primeira vez que o Japão se vê às voltas com o canibalismo. Dos mitos folclóricos às grandes fomes do período Edo, sem esquecer a guerra do Pacífico, o canibalismo transpassa a cultura japonesa, assim como todas as outras. No tribunal de Tóquio, criado em 1946 para julgar criminosos de guerra, foi mencionado o caso das tropas canibais do tenente-general Tachibana.

O caso Sagawa é mais instrutivo, pois revela a complexa relação da cultura japonesa com as culturas ocidentais. Vários elementos evidenciam tal relação: a visão erotizada que Sagawa tem da mulher (só gosta de “louras bonitas de olhos azuis, do tipo ocidental”), o local da cena (Paris, capital do amor e da gastronomia, onde a fantasia idílica se inverte, nesse caso, de maneira surpreendente) e, também, um fato sobre o qual nunca se questiona: a nacionalidade holandesa de Renée Hartevelt.

Alguns artistas contemporâneos ilustram de maneira expressiva essa problemática, inseparavelmente artística e política, que vincula a antropologia a uma estética da memória, mas também aos problemas mais candentes da sociedade japonesa.

Menos espetacular, mas talvez ainda mais perturbadora, a série Mimi-chan apresenta uma jovem resultante de manipulação genética, transformada em um delicioso animal comestível produzido em série e sucessivamente degustado em sushi e em condimento para uma tigela de arroz (FERRIER, 2011, pp. 39-40).

Há, neste caso, um conluio entre o inconsciente amencial e o imaginário social japonês. O conluio consiste em reforçar a barreira que separa a parte direita da tópica da clivagem, estabilizando a unidade formada pelo inconsciente amencial e o sistema consciente que o cobre. Quando se manifesta a violência – nesse caso, canibal – e Sagawa Issei é chamado a prestar contas, ele responde, recorrendo a estereótipos fornecidos pelo imaginário social japonês, em livros cujo sucesso se deve, sem dúvida, à exaltação desse mesmo imaginário social. No Japão, somente no Japão, Sagawa Issei consegue manter a clivagem graças ao apoio de uma parte considerável da sociedade japonesa. E, em seu país, essa clivagem lhe permite manter, em seu cotidiano, um funcionamento psíquico “normal”, até mesmo de aparência neurótico-normal. Contudo, na França, seu discurso de racionalização e sua frieza não podem se beneficiar de nenhuma aliança com a ideologia ou o imaginário social ocidental. Ele é, então, classificado na categoria de psicóticos dissociados. Isso evidencia o fantástico poder da aliança entre o inconsciente amencial e um pensamento emprestado, fabricado e disponibilizado à clivagem pela sociedade ou por um determinado grupo social.

Supereu, imaginário social e mito-simbólico

Há, na manutenção da clivagem, uma contribuição substancial que vem do exterior, do conjunto da sociedade ou de um determinado grupo social. Como se forma a aliança entre essa contribuição social e o funcionamento psíquico individual? Minha hipótese seria a seguinte: não se trata de uma aliança direta entre o grupo social e o inconsciente amencial, mas sim de uma aliança entre o grupo social e o sistema consciente (Cs) na parte direita da tópica da clivagem. Nesta tópica, o Cs, de fato, não contém “formações do ICs”, não contém nada que seja oriundo do aparelho psíquico, mas apenas de um pensamento

emprestado, fragmentos de um pensamento pronto e pré-fabricado, produzidos pelo grupo social ou pela sociedade e entregues sob a forma de pensamento dominante daquele determinado grupo social ou sociedade. Pensamento pronto, organizado de maneira lógica ou, mais frequentemente, paralógica, em que não há lugar para questionamentos, somente para respostas, compondo, em geral, um agregado ideológico.

Esse pensamento pronto, emprestado ou pré-fabricado é constituído por um amálgama sincrético de:

- (1) pensamentos sem nuances e incisivos em forma de palavras de ordem, slogans, estereótipos;
- (2) imagens que exaltam o poder, a força, a coragem viril, produzidas pelos serviços de propaganda e “comunicação”, veiculadas pela mídia, jornais, panfletos, cartazes, internet; provenientes do governo, da Igreja, das empresas, das organizações terroristas;
- (3) marcadores linguísticos, palavras emblemáticas, fórmulas típicas (como estudadas por V. Klemperer com a LTI⁸), reunidos atualmente na “novilíngua gerencial” ou em idioletos bélicos.

Esses pensamentos pré-fabricados e essas imagens que dispensam o pensamento (pensamento em imagens oriundas do imaginal) são, portanto, produzidos externamente e preenchem o sistema Cs. Quando

8 N.T.: “LTI” é a abreviação de *Lingua Tertii Imperii*, título do livro publicado em 1947 por Victor Klemperer, então professor da Universidade Técnica de Dresden. Escrito sob a forma de notas diárias, o livro aborda as modificações linguísticas efetuadas pela propaganda nazista com o intuito de impor a ideologia do Terceiro Reich.

chamado a prestar contas, o delinquente, o estuprador, o assassino ou o torturador admite sua adesão à violência fazendo uso desse repertório de pensamentos pré-fabricados, que não foram produzidos por ele, mas dos quais o sistema Cs está repleto. Se, ao contrário, ele se recusa a responder pelos seus atos ou pela sua intenção na violência perpetrada, ele se vale, então, de sua sujeição e se refugia atrás da obediência às ordens, à hierarquia, ao comando. (Essa forma de resposta, embora também resulte de uma racionalização, está mais próxima do *primum movens* na etiologia dessas brutalidades: a sujeição).

Ocorre que a aliança entre o sistema Cs e o grupo social sempre constitui uma formação sólida no interior da tópica, que valida o uso da violência quando é necessário enfrentar as instâncias externas: instituições, sociedade, justiça. Contudo, essa aliança poupa o Eu, que se colocou, de certa forma, à margem dela, do lado do pré-consciente, na parte esquerda da clivagem, podendo, então, organizar uma vida afetiva, amorosa e profissional sem obstáculos.

Assim, para o paciente em questão, os anos dourados vividos na adolescência foram possíveis graças à aliança entre o Supereu e a violência política preconizada por seu grupo. Da mesma maneira, o japonês canibal, beneficiando-se da aliança entre o Supereu e o imaginário social japonês acerca da carne humana da mulher branca como iguaria, autoriza-se a retomar uma vida “normal”. Não amparado por esse mesmo imaginário social, inexistente na França, sua psicose vem à tona. Levado de volta ao Japão, onde se beneficia da aliança com o imaginário social, a psicose se extingue e dá lugar à organização de uma vida profissional serena. No Japão, a sujeição ao Supereu existe em forma de encaves psicóticos, no ICs amencial, protegidos pelo imaginário social e pela sua aliança com o sistema Cs. Na França, os elementos psicóticos se agrupam em uma descompensação psicótica.

A forma linguística ou imaginal da palavra de ordem, do slogan, do estereótipo ou do pensamento em imagem deriva sua força do fato de constituir uma extensão do “imperativo categórico” que caracteriza o Supereu. Freud (1923/2010, p. 32) escreve: “de onde ele [o Supereu] tira forças para esse domínio, o caráter coercivo que se manifesta como imperativo categórico?” Mais adiante: “[O Supereu] é o monumento que recorda a anterior fraqueza e dependência do Eu, e que mantém seu predomínio sobre o Eu maduro. Assim como a criança era compelida a obedecer aos pais, o Eu submete-se ao imperativo categórico do seu Supereu” (FREUD, 1923/2010, p. 46).

Ao lermos o enunciado contido nesta última frase, poderíamos inferir que Freud intuiu a dimensão da sujeição no funcionamento do Supereu.

Laplanche (1982/1993, pp. 147-148) escreve: “É conveniente levar em consideração esta noção do imperativo categórico, nascido do superego, e se limitar a este aspecto específico: os imperativos categóricos são o que não pode ser justificado [...]; mas não só são injustificados, como, talvez, inclusive injustificáveis, ou seja, não metabolizáveis [...]. E se os imperativos categóricos permanecem como que bloqueados entre os dois tempos do recalçamento originário, não seria o caso de considerá-los como espécies de encraves psicóticos de qualquer personalidade?”

Parece-me que o pensamento pré-fabricado seria um substituto ou uma extensão do imperativo categórico. Freud intuiu a dimensão da sujeição e Laplanche, a dimensão do encrave psicótico. Contudo, nem um nem o outro conduz uma investigação mais aprofundada da genealogia da sujeição (ela se faz presente, como vimos, em Ferenczi). Todavia, se a sujeição constitui o elo intermediário decisivo na relação entre o Supereu e a violência, esta investigação é necessária.

Na perspectiva que desenvolvo, embora o *Supereu* tenha, de fato, suas raízes no *inconsciente amencial*, ele só adquire sua forma completa com o sistema consciente e com o imperativo categórico substituído pelo pensamento pré-fabricado que, produzido pelo grupo social, instala-se no *sistema consciente*.

Em outras palavras, o Supereu seria constituído por encraves psicóticos localizados no inconsciente amencial e por pensamentos pré-fabricados que o recobrem no sistema consciente. Ele formaria uma tópica constitutiva dessa profunda alteração do Eu, condenado à sujeição-submissão sob o efeito da violência típica dos acidentes da sedução – ou seja, da violência perpetrada pelo outro adulto sobre o corpo da criança.

Conclusão

Neste artigo, tentei retomar a proposta de Laplanche sobre o Supereu como contendo encraves psicóticos. Partindo da premissa de que o Supereu, muitas vezes considerado como instância moral, comporta-se mais frequentemente como uma instância imoral, concentrei minha análise naquilo que, oriundo dele, se manifesta pela necessidade de punição imposta ao Eu.

Retracei, em seguida, a gênese do Supereu, tentando identificar o papel ali desempenhado pela sujeição(-submissão).

A sujeição-submissão, a qual convém diferenciar da obediência, constitui a marca característica deixada na criança pela dominação exercida pelo adulto. *A sujeição substitui a tradução da mensagem do adulto por parte da criança.*

A dominação exercida pelo adulto é uma invariante dos acidentes da

sedução. Ela visa a submissão do Eu da criança. Essa submissão pode ser obtida por atos de violência perpetrados sobre o corpo da criança, por estupro ou abuso sexual cometido contra sua sexualidade ou por distorções da comunicação impostas ao seu pensamento. Em todas as formas de acidentes da sedução, a capacidade de tradução da criança é prejudicada e o ICs amencial é expandido.

Os atos de violência contra o corpo da criança são, de fato, mensagens intraduzíveis. Do ponto de vista tópico, elas se inscrevem no inconsciente amencial sob a forma de um potencial de destrutividade que permanece quiescente enquanto a clivagem não for desestabilizada.

Não obstante, os atos de violência cometidos pelo adulto, para além da dominação, também têm consequências sobre o Eu da criança. Seu Eu ainda pouco desenvolvido é deformado por uma mistura de medo, impotência, subjugação e fascinação.

Se esse medo invade completamente o Eu, não há mais possibilidade de desenvolvimento do setor PCs-ICs sexual recalcado. A criança corre o risco, então, de entrar em uma espiral deficitária.

Mesmo que o Eu consiga, a despeito do medo, prosseguir em seu desenvolvimento tradutivo e de autoteorização (a partir das mensagens comprometidas não violentas e traduzíveis pela criança), seu funcionamento é deformado pelo medo.

A criança está constantemente preocupada em conjurar a violência do adulto. Ela consegue fazê-lo desenvolvendo uma habilidade excepcional de decifrar os estados mentais do adulto, para tentar acalmá-lo. Trata-se de uma hipermaturação precoce, que faz da criança um terapeuta do adulto. Essa distorção foi identificada por Ferenczi (1932, p. 133): “O

medo diante de adultos descontrolados – loucos, de certa forma – transforma, por assim dizer, a criança em psiquiatra”. Ferenczi também emprega os termos “progressão (patológica) ou pré-maturação (patológica)” (*op. cit.*).

Proponho somente substituir a “identificação com o agressor”, postulada por Ferenczi, pelo seguinte raciocínio: ao mobilizar suas “habilidades terapêuticas precoces”, a criança tenta salvar o seu Eu, mas entra, ao mesmo tempo, em um estado de submissão-sujeição ao adulto e de infatigável busca por sinais de afeição do adulto.

Na adolescência e na idade adulta, a sujeição dará origem, por um lado, a uma expectativa desvairada de reconhecimento e, por outro lado, a uma propensão à servidão que pode chegar à subserviência, constituindo, assim, uma forma grave de *patologia do reconhecimento* (como no caso da senhora S.).

Convém ressaltar que todo esse processo que conduz à sujeição deixa inalteradas as mensagens violentas do adulto, mantendo-as sempre inacessíveis a qualquer tradução.

Em alguns indivíduos, a sujeição-submissão pode, na adolescência, sofrer uma transformação que resulta em:

- *violência patológica* (psicopatia), em virtude de um processo como o descrito nos casos do assassino de Nanterre e de Adrien Bottolier.

- adesão à violência organizada (caso do senhor Milit). A origem do envolvimento em um grupo faccioso, em uma gangue de delinquentes, em uma formação mafiosa ou organização terrorista tem como elemento determinante a *submissão-sujeição a um líder*.

A violência mobilizada extrai diretamente a sua força do potencial de destrutividade armazenado no inconsciente amencial. A descarga da violência amencial compulsiva, vivenciada como gozo, é compatível com a manutenção da clivagem e, portanto, com a “normalidade”, contanto que seja “encoberta” ou “higienizada” – ou seja, exercida em nome de uma ideologia (caso do senhor Milit), de um imaginário social (caso do japonês canibal) ou de um pensamento emprestado, todos abrigados no sistema consciente.

Caso não haja uma saída mediante a violência psicopática ou a submissão-sujeição a um líder que favoreça a adesão à violência organizada, o contrapeso exercido pelo sistema consciente sobre o inconsciente amencial, para manter a estabilidade da clivagem, se faz conhecer pelo Eu sob a forma de uma incapacidade de expressar qualquer agressividade, por um lado, e pelo desejo de punição, por outro.

Nessa perspectiva, o Supereu corresponderia a essa formação constituída por um encaixe, uma combinação entre o sistema consciente e o inconsciente amencial.

Dados clínicos analisados a partir da perspectiva da tópica da clivagem (terceira tópica) apontam duas diferenças no que concerne à metapsicologia freudiana:

O princípio motor, na origem da adesão a uma massa, no sentido freudiano do termo, não seria a *identificação com o líder*, mas a *submissão-sujeição a um chefe*.

O Supereu não seria somente herdeiro do complexo de Édipo, mas também – talvez, sobretudo – herdeiro da violência perpetrada pelo adulto contra a criança. Consequentemente, o Supereu seria mais uma instância dotada

de um poder danoso exercido sobre o Eu e sofrido sob a forma de *necessidade de punição* ou de *sujeição-submissão*, do que uma instância moral.

Referências

CARDOSO, M. R. “Le surmoi: vers une nouvelle approche”. *Filigraine – Écoutes Psychothérapiques*. Montréal, v. 9, n.1, 2000, pp. 146-159.

DEJOURS, C. *Le corps, d’abord*. Payot: Paris, 2001.

DEJOURS, C. *Psicossomática e teoria do corpo*. São Paulo: Editorial Edgard Blücher, 2019, pp. 259-296.

FERENCZI, S. (1932) *Confusion de langue entre les adultes et l’enfant*. Paris: Payot, 1982.

FERRIER, M. “Art, érotisme et cannibalisme au Japon”. *Artpress*. Paris, v. 2, n. 20, 2011, pp. 38-53.

FREUD, S. (1923) *Le moi et le ça*. Paris: PUF, 2010.

GARCIA, M. *La conversation des sexes*. Paris: Editions Flammarion, 2021.

LAPLANCHE, J. (1987) *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF, 2016.

SECKEL, H. “A Chambéry, le procès d’un crime pulsionnel”. *Le Monde*. Paris, 02 fev. 2020, p. 15.

WELZER-LANG, D. (1991) *Les hommes violents*. Paris: Payot, 2005.

Após a conferência, a discussão entre os participantes e Christophe Dejours foi aberta. Segue abaixo o material transcrito da seção de perguntas e respostas:

PARTICIPANTE X: Boa noite. Gostaria de agradecer pela sua conferência, que me deixou muito instigada. Uma das questões que me vieram à mente é a seguinte: como tratar essa primeira paciente? Como se aborda esse caso se não há um amor ao próprio eu? No caso dessa paciente, qual abordagem clínica o senhor sugere?

CHRISTOPHE DEJOURS: Tomei a precaução de dizer que eu não falaria dessa questão que você levantou [risos]. Vocês devem ter compreendido a dificuldade, acredito. A paciente estabelece comigo uma relação graças à qual ela está bem melhor. Contudo, essa melhora é suspeita, não é normal. É pelo fato de ter estabelecido, pela transferência, uma relação comigo que me torno o outro a quem ela se submete. E ela está muito melhor. Do ponto de vista prático, o complicado é a capacidade que ela tem de intuir os meus próprios estados mentais. Quais são esses estados mentais? A dificuldade está aí.

Ao quê, oriundo de mim, ela responde? Não é fácil responder. Isso requer um desenvolvimento, que tentarei fazer aqui, em relação à contratransferência. Para mim, a contratransferência, mais uma vez, não é o que pensa a maior parte dos psicanalistas. No ambiente geral das sociedades de psicanálise no mundo inteiro, onde frequentemente dou conferências, sempre me perguntam: o que é, então, a sua contratransferência? Tentarei ser comedido: acho que é uma questão um pouco tola [risos]. O que se espera, em geral, é que eu fale ao público aquilo que eu sinto afetivamente diante do meu paciente. Para mim, isso não é contratransferência, são afetos conscientes. Agora, darei para

vocês a minha versão da contratransferência. Bom, vocês estão aqui, me colocando em uma armadilha e eu não queria falar a respeito [risos].

Acredito que, na minha posição de analista, existem dois princípios fundamentais dessa prática: o primeiro princípio é tentar compreender – eu raramente trago interpretações para o paciente, o meu problema é entender. Na minha experiência, quando tento compreender, o paciente também começa a tentar compreender.

O segundo princípio é não dizer aquilo que compreendo, que acredito compreender. Isso se chama *refusement* [equivocadamente traduzido como “frustração”]. Trata-se de um conceito essencial. O termo, em alemão, é *Versagung*. *Versagung* é uma posição complicada na análise, uma posição de renúncia a dizer aquilo que se pensa – ou seja, recusar ao paciente a resposta que ele pede e recusar-se a dar essa resposta. Porque eu sempre tenho dúvidas: será que estou certo ou não? Portanto, não sou aquele que sabe, mas sim o sujeito suposto saber. O sujeito suposto saber e a *Versagung* estão muito intrinsecamente associados. Se eu continuar tentando compreender e não digo que estou na *Versagung*, então, o paciente pode chegar a encontrar a resposta. Essa resposta vale mil vezes mais do que a minha. Estes são os dois princípios da prática analítica.

Vejamos, agora, o que é a contratransferência. Quando busco compreender, eu não estou o tempo todo do lado da questão da pergunta. Não é verdade. Eu interpreto na minha cabeça. O que quer dizer “eu interpreto”? Quer dizer a construção em análise a respeito da qual fala Freud no final de sua obra. Eu não paro de construir, desconstruir e reconstruir. Vejam que eu traduzo, eu desfazo a tradução e retraduzo o que o paciente me diz. Portanto, se eu traduzo, sempre há um resto da tradução que fica sem tradução, que é o recalcado. Isso é a contratransferência. Então, não posso falar sobre a contratransferência, pois ela está totalmente recalcada por mim mesmo.

Ora, é essa questão que é levantada na relação com a paciente. Eu tento compreender o que ela me diz, tento compreender sua história, conto para mim mesmo histórias, faço construções... Mas há coisas que passam pelo meu inconsciente. E aí se estabelece a relação entre a sua sujeição e o que ocorre em mim. Acredito que essa paciente, devido a esse estado extremo de submissão, é capaz de intuir uma boa parte das minhas construções em mim. E ela tenta me agradar me dando respostas que vão ao encontro das minhas construções. É um trabalho muito complicado, pois eu preciso me questionar dobradamente sobre as minhas próprias construções – primeiramente, pelo fato de estas serem provisórias e, em segundo lugar, por passarem para a paciente e ela melhorar. Este é o trabalho: é preciso continuar buscando compreender e, ao mesmo tempo, conseguir trabalhar sobre si mesmo – principalmente sobre o que existe, de certa forma, em mim, mas que também está nela. A minha própria tendência à submissão. Se não, eu não seria psicanalista.

[...]Então, é preciso trabalhar, retrabalhar mais isso. Vocês talvez saibam, mas eu tomo muito cuidado e presto muita atenção, na troca entre paciente e analista, entre a transferência e a contratransferência no sentido que forneci, nos sonhos do paciente. Isso é muito importante, pois é ali que irei identificar a clivagem e a perlaboração da clivagem. [...]É a condição para que a própria perlaboração da minha clivagem me conduza ao caminho da perlaboração da paciente nos seus sonhos. [...]É toda uma história, mas, de fato, foi muito difícil para mim. [...] Demorou muito, mas é assim.

PARTICIPANTE Y: *Merci.* Fiquei pensando sobre [...] as questões que Freud aborda quanto à melancolia em “O Eu e o Id”. Há alguma possibilidade de diálogo entre o que o senhor propõe sobre a formação do inconsciente amencial e os acidentes de sedução e a falha no processo das identificações primárias e o que aparece em *Luto e melancolia* sobre

o Eu submetido à tirania do Supereu? Fiquei pensando se há um diálogo possível entre o processo de submissão e de sujeição e o que Freud afirma sobre a melancolia, a fragilidade do Eu e a construção das identificações primárias[...].

CHRISTOPHE DEJOURS: Muito obrigado pela pergunta. Eu me faço a mesma pergunta que você e ainda não sei respondê-la, pois a melancolia é muito complicada. As grandes formas clássicas da melancolia raramente aparecem em análise. Aí reside a minha dificuldade.

Quando eu era psiquiatra, eu vi muitos pacientes que eram verdadeiros melancólicos – inclusive, com um mutismo incrível em pacientes que não falam, que ficam imóveis. O que acontece? Estamos tão distantes da análise. Eu não tenho material suficiente do ponto de vista analítico para poder responder, mas eu também me faço a mesma pergunta. Acredito que, de fato, há algo associado à questão da sujeição na melancolia. Não posso demonstrá-lo, pois não tenho material.

Eu poderia contar uma história, que me impressionou muito, relacionada à psicopatologia do trabalho. Fui requisitado pelo procurador para analisar o caso de uma mulher notável, diretora de comunicação de uma coletividade territorial. Ela tinha um cargo elevado e acabou se jogando do quinto andar. Ela era realmente perseguida pelo prefeito daquele local. Ele a perseguiu realmente. Ele fazia com que o medo reinasse entre todos os funcionários. Eu pude entrevistar toda a família dessa mulher: a mãe, a irmã, o marido... E procurei por toda a parte, mas não havia nenhum sinal, nem na família e tampouco nela, de uma psicose maníaco-depressiva. Contudo, antes do suicídio, ela teve uma melancolia. O quadro foi descrito pelo médico do trabalho e pela psiquiatra psicanalista, que estava em formação na mesma escola que eu. A justiça teve acesso a todos os documentos médicos. Eu tive acesso

a todo esse material e às investigações policiais e judiciárias. Essa foi a primeira vez, em toda a minha carreira, que encontrei um quadro manifestamente melancólico que culminou no suicídio de uma mulher sem qualquer predisposição à melancolia. Durante toda a sua infância, ela não foi uma criança violentada. Durante o tempo em que ela trabalhou, ela foi perseguida. Não foi uma paciente que analisei, mas fiquei espantado ao ver uma melancolia se manifestar em alguém que não tinha nenhum terreno ciclotímico e nenhum sinal precursor que pudesse levar à manifestação de uma melancolia suicida.

Essa história me marcou muito. Eu intervi no processo e fui convocado pela justiça. O prefeito era médico e afirmava não ter visto nada. “Por que não me avisaram que ela estava mal?” Ele foi condenado – e foi bem feito.

PARTICIPANTE X: São tantas coisas interessantes que ficamos paralisados. Gostei muito do que o senhor trouxe. É muito bom para pensar a clínica. Voltando ao desamparo e ao despreparo humano, que nos conferem uma certa sugestionabilidade, a ideia da sujeição – esse é o ângulo da minha pergunta – teria a ver com a violência, o efeito da violência e a violação, pois a sujeição, a sugestionabilidade não corta a autoria ou a autonomia do Eu. A sugestionabilidade é uma experiência compartilhada. A diferença seria o efeito da violência, que cria uma impossibilidade da autoria e da autonomia, que seria uma questão resultante do Eu das identificações (estou sendo freudiana). A ação específica da função do semelhante cria todo o campo do autoerotismo, como já sabemos, e todo o campo da sexualidade. Isso dentro da sugestionabilidade, obviamente. Assim como as identificações primárias constituem por percepção – ou seja, de que maneira – a inscrição ou a colonização do semelhante dentro do Eu, para dizer de uma maneira clara e direta. A diferença é o amor e a crueldade? Fiquei com esta

dúvida. Mas não o amor no sentido pulsão de vida/pulsão de morte, mas no sentido da possibilidade de ser pensado. E me chama a atenção a tua paciente, particularmente sobre a autoria, pois podemos pensar que ela está no campo amoroso da análise, construindo autoria. Sem romantizar o assunto.

CHRISTOPHE DEJOURS: Você falou em “sugestionabilidade”?

PARTICIPANTE X: Sim. Por isso que a psicanálise nasce com a morte da sugestão, pois existe sugestionabilidade.

CHRISTOPHE DEJOURS: A sua questão é difícil para mim. Eu tenho um problema com a questão da sugestão, a respeito da qual Freud refletiu muito, com o intuito de tentar separar o que é próprio da psicanálise no que concerne ao efeito da sugestão, que era muito suspeito. [...] Tenho dificuldades em responder essa questão, pois nunca pensei nesses termos. Vou fornecer alguns elementos de resposta, mas não sei se são tão bons assim.

A primeira referência ou dimensão que saliento é que desconfio muito menos do que muitos outros psicanalistas dessa questão da sugestão. Acho que temos muita dificuldade de provocar coisas nos pacientes. Podemos fazê-lo, mas muitas vezes à nossa revelia e, às vezes, até mesmo por inabilidade. Mas não é por querermos fazer isto ou aquilo. Há uma considerável resistência do funcionamento psíquico. Se a sugestão fosse tão poderosa assim, poderíamos curar muitos pacientes. A neurose resiste muito à sugestão; a psicose, nem se fala. Não funciona. A experiência comum que tenho é que a sugestão não funciona muito bem.

A histeria é onde a sugestão, no sentido freudiano do termo, pode ter um papel. Trata-se de um caso específico, uma psiconeurose específica.

E, por trás da sugestão, há a questão da sedução. A relação de sedução é muito forte. Eu tenho muitas experiências com homens histéricos, que tem um tal desejo de me agradar que a menor expressão de um desejo, de um desagrado, de um momento de agressividade é imediatamente seguida de uma série de efeitos. [...].

Amanhã irei me aprofundar nisso. Essa questão já foi identificada por Ferenczi. Falaremos a respeito disso amanhã. Ferenczi entendeu muito bem o modo como as crianças captam a subjetividade do adulto, mas não se trata de uma sugestão, mas sim de uma intuição. A criança que inventa aquilo que é necessário para acalmar o adulto. Não acredito que se trate de uma sugestão. Acho que, essencialmente, nessa violência compulsiva do adulto contra a criança, o adulto não sabe o que acontece consigo mesmo. É algo compulsivo. [...]Ele se inclina e se submete, mas o Eu protesta contra essa submissão. Por isso ele se angustia tanto e tem a formação de todos esses sintomas que mencionei.

Lamento, minha resposta não é muito boa, mas é o que posso dizer.

PARTICIPANTE Z: Boa noite. Eu queria, primeiramente, agradecer pela sua presença aqui. Eu também sou médica psicanalista. Então, li seus textos e todos os livros que o senhor publicou em português. Estou muito emocionada. Uma das coisas que mais me emociona ao ler os seus textos é como o senhor é honesto e fala dos seus sentimentos. Não é comum isso. É algo que me agrada na leitura e nas suas falas também. Hoje, o senhor dividiu conosco a sua história pessoal. Isso é admirável. Então, queria lhe agradecer, pois isso é um grande exemplo para nós, psicanalistas.

Por algum motivo, a psicossomática me interessa há muito tempo. Sempre foi um enigma para mim e, com os seus textos, eu consegui,

creio, ter uma compreensão que fizesse mais sentido para mim. Há uma coisa que me preocupa muito: em alguns de seus textos, o senhor adverte sobre o risco da psicanálise para pacientes com doenças psicossomáticas muito graves. [...] Me lembrei de uma passagem de um texto, na qual o senhor afirma que, em alguns casos, devemos, talvez, poder falar para o paciente sobre esses riscos. Então, se o senhor pudesse falar mais sobre isso, eu lhe agradeceria. Muito obrigada.

CHRISTOPHE DEJOURS: Na verdade, não fui o primeiro a abordar essa questão. Essa questão esteve no cerne da investigação feita por Pierre Marty. Talvez seja uma das contribuições essenciais de Pierre Marty. Quando ele evidenciou que, em pacientes que têm uma propensão ou uma predisposição a desenvolver doenças somáticas no lugar de uma psicose ou de um delírio, há uma característica do funcionamento psíquico que diz respeito à dificuldade de funcionamento do pré-consciente. É por essa razão que essa fragilidade do pré-consciente o levava a dizer que quando os pacientes têm traços realmente “psicossomáticos” – não são traços psicossomáticos, na verdade –, em pacientes nos quais identificamos uma fragilidade particular do pré-consciente e, portanto, todos os processos que estão em questão na ligação psíquica, em oposição ao desligamento, todos aqueles que têm dificuldade de associar livremente, aqueles em que há pouco retorno do recalcado... De acordo com Pierre Marty, haveria, no caso desses pacientes, uma contraindicação à análise, pois a análise trabalha a partir do princípio de desligamento. Como esses pacientes já têm dificuldade de ligar a excitação em associações e como a análise desfaz o que já é muito difícil de fazer e desconstrói o que já é difícil de construir, esses pacientes, de acordo com Pierre Marty, não deveriam fazer análise.

Eu tive discussões com Pierre Marty a respeito desse assunto. Michel Fain também teve algumas discussões com ele. Fain sustentava a ideia

de que, apesar de tudo, se poderia tentar trabalhar de forma analítica com pacientes que sofrem de doenças somáticas – graves, inclusive. Pessoalmente, eu também sigo nessa direção, mas é forçoso reconhecer que existe um risco. Esta é uma fragilidade muito difícil de manejar com os psicóticos: se avançamos demais, há um risco de desencadear o delírio. Na psicossomática, o risco talvez seja ainda maior, pois o que arriscamos é destruir partes do corpo e isso pode, por vezes, ser irreversível. É possível se recuperar de um delírio, mas quando uma parte do corpo é destruída, não é possível reconstruí-la. Há, atualmente, muitos progressos na medicina, mas se o cérebro ou o miocárdio sofre um dano, não há reversão. O risco, portanto, é muito alto.

Falei muito a respeito de pacientes com retocolite hemorrágica. Um “erro analítico” pode desencadear um processo hemorrágico na saída da sessão. No caso de um paciente dependente de insulina ou com uma retinopatia, se houver um erro, é possível poder desencadear uma hemorragia na retina durante a sessão. É muito complicado, mas vou tentar responder a sua pergunta.

Para poder superar os transtornos fundamentais, que estão na origem da fragilidade somática, é necessário, a meu ver, trabalhar com os pacientes para que se tornem capazes de construir progressivamente uma verdadeira agressividade. Em todos esses pacientes somáticos, a agressividade não é estruturada. No lugar disso, há uma relação com a violência sofrida na infância. Quando a excitação aumenta no paciente, ele não consegue estruturar isso numa agressividade e é nesse momento que ocorre uma crise somática. O desafio do trabalho analítico com pacientes somáticos é conseguir chegar à estruturação da agressividade no lugar da violência e no lugar do excesso de excitação que irá romper.

Evidentemente, estou simplificando, mas é, de fato, um verdadeiro

problema. Para que um paciente estruture sua agressividade, é preciso que ele seja, primeiramente, agressivo com o analista – é com ele que isso tende a acontecer. E isso só pode ser trabalhado através da análise. Se não, você faz uma psicoterapia e protege o paciente contra o excesso de excitação. São práticas que vão no sentido do pára-excitação. Contudo, nesse caso, o paciente depende do analista, depende da capacidade do analista de acalmar a sua excitação. Ele não consegue se tornar autônomo. A autonomia, a liberdade é, primeiramente, uma capacidade de ser agressivo com o outro para defender a si mesmo pelo amor por si mesmo. Eu preciso me proteger contra o outro e, para isso, preciso estruturar uma agressividade.

Eu acredito que devemos tentar um trabalho analítico com pacientes somáticos. Primeira questão: qual paciente aceitaremos na análise e qual recusaremos? [Lamento por ser tão esquemático, mas temos de simplificar para discutir]. A minha resposta é que isso depende, essencialmente, do desejo do paciente. É preciso trabalhar a demanda para verificar se o paciente quer que o protejamos, se quer que cuidemos dele, se está buscando cuidado – toda a questão do *care*, “*to take care of*”, “*to care for*”, “*to give care*”, todos esses termos em inglês... Será que é isso que ele está solicitando? Ele tem o direito de pedir. Trabalhar a demanda significa pensar se ele quer só isso ou se quer entender também. E assumir o risco de compreender. Se o paciente quer o *care* – o cuidado –, não se deve fazer análise. É a escolha do paciente e ele tem o direito. E nós não temos o direito de forçá-lo e de levá-lo para um lugar onde ele não quer ir. Todavia, há pacientes que, às vezes, têm transtornos muito graves – isso vale tanto para pacientes somáticos quanto psicóticos – e que querem entender. Há psicóticos que querem entender e que estão dispostos a assumir o risco de lutar contra si mesmos para entender. Há um desejo de liberdade, uma vontade de se emancipar, no sentido nobre da palavra – ou seja, lutar contra o determinismo oriundo da

história infantil ou da sociedade. São pacientes que, embora sejam muito loucos, querem lutar contra isso.

Há pacientes somáticos capazes de fazer doenças graves, mas que querem entender. Se trabalharmos com a demanda, podemos descobrir o que os pacientes realmente querem. É preciso que eles assumam, então, o risco da análise com você – o risco precisa ser assumido em conjunto, pelo paciente e pelo analista. O primeiro elemento para a resposta é realmente o trabalho com essa solicitação ou demanda do paciente. [...] Sim, iniciamos uma análise. Mas, do ponto de vista da técnica, é preciso ser mais prudente com pacientes assim em comparação a pacientes neuróticos. O que significa ser prudente? Ao mesmo tempo que temos aquele princípio a que nos referimos anteriormente – o princípio de tentar entender assumindo o risco do desligamento –, precisamos fazer algo que é difícil: ter uma atenção particular, focada na dimensão econômica da excitação. Quando a agressividade começa a surgir, quando a excitação aumenta, isso é bom – mas cuidado. Aí entra a questão da experiência analítica e da formação em psicossomática. É preciso ter essa sensibilidade, prestar atenção na economia do paciente e no que é oriundo da excitação e o que já está se organizando em agressividade, pois a agressividade estruturada diz respeito à ligação. Uma boa agressividade é ligação psíquica – ligação ao outro, formação do sadismo... É uma forma de ligação.

Há, portanto, uma concorrência entre a ligação agressiva e a não-ligação, o desligamento da excitação. A única solução é tentar sentir isso com o seu próprio corpo, é preciso aprender a sentir com o corpo a relação entre a ligação e o desligamento naquilo que acontece durante a sessão analítica. É por isso que a análise ocorre em presença. Ela se faz presencialmente. Eu trabalho com a excitação, com a raiva, com a tristeza do paciente... E esses são estados do corpo, são afetos. Eu trabalho com

aquilo que eles causam em mim. Contudo, para sentir o paciente, é preciso que ele esteja presente.

Certamente, o primeiro princípio é sempre tentar compreender, mas, ao mesmo tempo, é preciso prestar muita atenção – e aí entra o terceiro princípio – com aquilo que acontece entre o corpo do paciente e o meu corpo de analista. O que se estabelece entre os dois corpos me adverte quanto ao que acontece com o paciente e que não está apenas nas palavras. Esse princípio relativo à economia precisa ser aprendido. Nós aprendemos a sentir a angústia do paciente.

Quando iniciamos na psiquiatria, nós cometemos inabilidades, não conseguimos sentir com sutileza suficiente que a angústia do paciente está aumentando. E, em um dado momento, com os jovens residentes, às vezes nós dizemos que o silêncio não pode se instalar, que é preciso falar com o paciente psicótico hospitalizado. Alguns anos depois, aquele jovem psiquiatra não vai fazer essas coisas. Aprendemos a sentir a angústia psicótica e a angústia neurótica. Aprendemos a escutar o silêncio. Há silêncios muito diferentes uns dos outros. Há silêncios calmos, angustiados, elétricos... Tudo isso pode ser aprendido. Isso não é dado no nascimento, isso faz parte da profissão. A prudência, portanto, com pacientes somáticos tem a ver com a economia psíquica, com a economia da excitação.

A divisão entre ligação e desligamento é o segundo princípio do funcionamento psíquico (para Laplanche, este é o princípio fundamental do funcionamento psíquico: ligação-desligamento, tradução-destratuação-retradução). Essencialmente, o ser humano é um tradutor – ou seja, ele liga a excitação através de uma certa forma de pensar, de contar para si mesmo.

Seja como for, a prudência com o paciente somático é a economia da

excitação. Isso requer desenvolver em si mesmo habilidades do corpo do analista. Isso é muito importante até mesmo com pacientes que não são somáticos. O sentido daquilo que o neurótico diz no divã não está apenas nas palavras ditas e sim no modo como são ditas. Ele murmura, grita, chora... As palavras não dizem a mesma coisa. Isso já é muito importante com um neurótico, mas com os pacientes somáticos, é realmente uma habilidade que deve ser desenvolvida. Aprendemos a desenvolvê-la, a sentir quando se aproxima o risco de crise somática. E, então, é preciso parar e retomar a palavra. É preciso acalmar as coisas, dispensar um pouco de *care*, de cuidado. Na sessão seguinte, retomamos.

PARTICIPANTE X: Vou falar apenas uma coisa bem simples. Estou encantada. Mas, então, a indiferença é o efeito desse gozo? Foi isso que fiquei pensando.

CHRISTOPHE DEJOURS: Decididamente, você faz perguntas muito difíceis. A sua pergunta é muito interessante. Eu nunca pensei dessa maneira. A sua colocação é um pouco surpreendente e, inicialmente, um tanto estranha, pois o gozo é, realmente, o oposto da indiferença. No entanto, a sua questão me parece muito pertinente.

Acho que você tem razão. O gozo ocorre em momentos críticos, de crise, de violência exercida – inclusive, no torturador que tortura todos os dias alguém, seja na ditadura argentina, no nazismo, no Gulag, na União Soviética ou ainda hoje, no governo Putin. Há, de um lado, um gozo, que também é uma armadilha, que sempre recomeça, e, por outro lado, são os mesmos indivíduos que são absolutamente frios quando pensam no destino da vítima. Podemos falar sobre essa frieza, sobre essa indiferença quando pensamos em todos esses casos que mencionei – do japonês canibal, do assassino de Nanterre, de Adrian Bottollier –, mas também em pacientes que tenho que são violentos em dados

momentos, que têm uma espécie de violência organizada.

Eu estudo muito os casos judiciais de terroristas islâmicos na França com o Ministério Público de Paris, e são dossiês muito volumosos. Nós trabalhamos juntos – psicanalistas, sociólogos, islamólogos, serviços secretos do Exército, da Polícia, da Justiça – para tentar compreender esses dossiês. Cada um dá o seu ponto de vista. A psicanálise permite compreender muitos aspectos desses casos que ninguém mais conseguiria entender. Havia psiquiatras especialistas em terrorismo, especialistas em proteção judiciária da juventude... São pessoas muito sofisticadas do ponto de vista da semiologia, mas a psicanálise permitiria, através da referência à clivagem, o entendimento de muitas coisas. Todos ficam surpresos, pois não se tinha todos os elementos, apesar dos dossiês volumosos... É um trabalho de meses ou mais. Havia coisas que não eram ditas. Alguns dossiês eram constituídos antes do processo, e, nesse meio tempo, havia o processo e o julgamento. Contudo, no momento do processo, ficamos sabendo de muitas coisas que não estão nos dossiês. Quando eu utilizei a terceira tópica para analisar isso, eu arriscava algumas afirmações e o que acontecia no processo sempre confirmava as minhas hipóteses. Eu mesmo ficava espantado com a força da psicanálise, a sua capacidade de levantar questões que outras disciplinas não levantavam, sobretudo no que diz respeito ao não manifesto, ao invisível, inaudível.

A psicanálise permite fazer indagações que os outros não fazem, pois eles se baseiam no que é dado, na semiologia positiva. A semiologia positiva é, a meu ver, chocante. Eu não sei como ela funciona. Eu me pergunto sobre coisas que não estão ali e, no momento do processo, dito e feito: muitas coisas se revelam. Os terroristas frequentemente ficam perturbados e “soltam” algumas coisas que eu já identifiquei. Há todo um negativo, aquilo que não se vê e que pode ser colocado a partir

da tópica da clivagem. O que é incrível nessas pessoas é a incapacidade de se identificar com a vítima. Há uma indiferença total.

Quando Adrien Bottollier está no tribunal, vemos essa indiferença a respeito da qual você fala. Na psiquiatria, isso é muito conhecido: se chama desvinculamento, uma incapacidade de sentir o menor afeto em relação ao destino do outro. Quando vejo um paciente assim, sei que se trata um esquizofrênico ao entrar na sala. Há uma indiferença. Não é uma hostilidade, é simplesmente uma indiferença. Eu chego e eu não existo para essa pessoa. Essa possibilidade de “não existir” é o reverso negativo desse gozo. A questão da identificação se faz presente durante toda a nossa discussão, pois, para Freud, o que explica a maior parte das coisas é a identificação com o adulto, que fabrica o seu Supereu, o complexo de Édipo etc... a identificação com o líder, com o Führer, com o chefe para explicar a formação das massas... Mas eu não concordo. A identificação com o agressor, abordada por Anna Freud, que também é mencionada por Ferenczi... Para mim, não é isso. A clínica não é uma clínica da identificação. Eles não conseguem se identificar com a vítima e não se identificam com o pai que os espancou. É verdade. Aí está a questão. É uma forma muito atenuada da indiferença.

[...]

O que é extraordinário na história do japonês canibal é que ele foi incapaz de pensar na mulher que comeu. Essa indiferença é a outra face da mesma moeda do gozo. É por isso que a sua questão é muito interessante.

PARTICIPANTE Z: É muito bom escutar você. Você disse que todo o restabelecimento vem da sociedade. Você consegue fazer essa relação muito profunda do sujeito com a sociedade e do sujeito com a cultura

e a forma como a cultura pode enlouquecer ou restabelecer. Mesmo no inconsciente amencial, essa parte consciente consegue manter esse inconsciente amencial a partir da sociedade, dos grupos terroristas, das seitas... Enfim, você traz essa ideia muito importante de fazer com que a psicanálise possa compreender o que se passa com o indivíduo a partir do que se passa com a sociedade. Nessa perspectiva, outra questão que me veio à mente é a seguinte: a identificação se dá por amor? E a sujeição está associada ao ódio? Mas o que eu queria perguntar é como, a partir das suas experiências com a clínica do trabalho, você percebe a sujeição ao neoliberalismo?

CHRISTOPHE DEJOURS: Essa questão que você levanta é fundamental no campo da psicodinâmica do trabalho. Tenho muitos elementos para responder, mas claro que, com isso, daria para escrever livros inteiros. Eu sou perseguido pela pergunta que você fez desde o início.

Na filosofia política, essa questão está associada à servidão voluntária. Esse conceito foi apresentado em uma publicação escrita por La Boétie em 1548, quando tinha apenas 18 anos. Ele escreveu o *Discurso sobre a servidão voluntária*, que é, a meu ver, um texto fundamental, que leio e releio faz quarenta anos. Ele faz essa indagação que você faz – evidentemente, não em relação ao neoliberalismo, mas sim a respeito do tirano. La Boétie tem em mente, nesse momento, o rei da França – na época, Henrique III. Não estamos muito distantes do período das guerras de religiões. Essa questão da servidão voluntária me interessa, no trabalho, desde o início, há cinquenta anos. Na verdade, a servidão voluntária está associada à clivagem nas perguntas que me faço desde que entrei na psicopatologia e na psicanálise. [...] Temos a história da clivagem em duas partes da personalidade: em pessoas que cometem atos impensáveis, inaceitáveis e que, ao mesmo tempo, são muito gentis, inteligentes, criativas... [...] A minha entrada na psicopatologia está

muito associada a essa questão.

Posso responder a sua pergunta fornecendo alguns elementos. Primeiramente, a clivagem, sobre a qual estamos falando desde ontem, não existe apenas nas pessoas caricaturadas por essa questão da submissão. Todos nós fomos vítimas de determinadas violências. Sempre há, portanto, uma clivagem em cada um de nós, que é maior ou menor. [...] Essa parte da figura entre o inconsciente amencial e o sistema consciente ocupa um lugar muito importante em alguns de nós. Às vezes, é uma pequena parte, mas ela existe. Sempre há um momento em que sofremos a violência dos adultos. Esse é o primeiro ponto da resposta. A clivagem não é necessariamente excepcional, ela pode ser banal, simples. É um verdadeiro problema, pois há uma parte de nós mesmos que constitui uma espécie de predisposição à submissão e à servidão voluntária. É terrível fazer essa constatação. Uma parte de nós mesmos é, de certa forma, cúmplice da dominação da qual somos vítimas. É isso que indaga La Boétie. Evidentemente, ele não conhece a psicanálise e não se interessa absolutamente pelo trabalho, pois, na época, o trabalho não era uma questão filosófica. O trabalho dizia respeito aos escravos, aos servos. Ele não pensa sobre essa questão, mas se vê diante desse mistério, e acho que ele está correto quando afirma que existe, na maior parte dos seres humanos, essa propensão à servidão. Ele levanta essa questão como problema filosófico e político e eu encontro isso nos pacientes, no mundo do trabalho. Você tem toda razão.

Eu direi, agora, invertidamente: a liberdade não é fácil, não é dada. Para se tornar livre, é preciso lutar. A luta pela liberdade, pelo Eu livre, é uma batalha muito difícil, pois nos obriga a pensar, passa por uma exigência de pensamento, de trabalho psíquico, que muitas pessoas não querem fazer. Em vez de pensar por si mesmas, elas preferem utilizar um pensamento emprestado. Os estereótipos e o pensamento dominante

se repetem: é uma fatalidade, é a crise do petróleo, é a ecologia... As coisas são repetidas, mas não somente por serem impostas através de novas formas de propaganda muito poderosas. A propaganda é um problema. Como funciona a propaganda? Quem inventou a propaganda foi, essencialmente, o sobrinho de Freud, Edward Bernays. Ele foi o inventor da propaganda nos Estados Unidos, um homem que utilizou Freud para inventar o sistema de dominação. Bernays foi considerado uma das dez mais personalidades mais poderosas do mundo. É uma história incrível. Ele utilizou a psicanálise para inventar a propaganda, e a propaganda funciona por incidir nesse ponto fraco que todos nós temos.

Para sermos livres, precisamos pensar. Para fazer o bem, é preciso pensar. Quando paro de pensar, eu descambo para o lado do mau, pois há o que Freud chama de interesses do Eu. Os interesses do Eu dizem respeito àquilo que, na segunda teoria das pulsões de Freud, substitui a autoconservação. Na primeira teoria das pulsões, temos a autoconservação e as pulsões sexuais. A autoconservação é o que chamamos de transformação em interesses do Eu na segunda teoria das pulsões. Se eu parar de pensar, os interesses do Eu prevalecem. E, então, comporto-me de forma egocêntrica, a partir dos meus interesses, independentemente do outro. Eu não reflito, eu recebo ordens e cumprio o que me é solicitado.

Eu trabalho muito com juízes, tanto no Brasil quanto na França. Eles são solicitados a trabalhar mais – o neoliberalismo exige que trabalhemos cada vez mais rápido. Se eu acelerar a cadência de trabalho, faço um trabalho degradado, pois se eu aumentar a quantidade de casos, eu degrado a qualidade. Isso é inevitável. Se eu contasse para vocês o que acontecesse com os juízes, vocês não iriam acreditar. Eles julgam as pessoas em quatro minutos. Eles têm sessenta casos durante a metade de um dia, sob a pressão da hierarquia. O juiz é obrigado a fazer algo que ele

moralmente reprova. Isso se chama sofrimento ético. Esse sofrimento ético começa quando eu aceito contribuir para atos que meu senso moral reprova. Se eu começo a pensar no que está sendo exigido de mim, eu soffro, caio no sofrimento ético, o que é pavoroso. É algo muito perigoso. Por causa da organização do trabalho, eu me torno alguém que maltrata o cidadão perante a justiça e os advogados. Ao aceitar esse ritmo de trabalho, vou lesar os juízes que tentam fazer o contrário. Você trai todo mundo e, no fim, você mesmo. Se eu começo a pensar por mim mesmo, em um primeiro momento, há o sofrimento, o que é terrível. Hoje, os médicos nos hospitais da França fazem a mesma coisa que os juízes. Eles são obrigados a dar alta para os pacientes porque a ordem da direção exige que seja encurtado o tempo de hospitalização, mesmo que eles não estejam bem para sair do hospital.

Com o neoliberalismo, vivemos em situações em que somos obrigados a ir contra o nosso senso moral. Mas muitas pessoas preferem não refletir, pois quando pensamos, pensamos em nós mesmos e percebemos que traímos a nós mesmos. O risco é trair a si mesmo. O risco é fazer as coisas como me dizem para fazer. Eu não reflito, mergulho no trabalho e não penso mais. E por que eu não penso mais? Porque não quero perder o meu emprego, não quero entrar em conflito com a hierarquia, pois isso vai acabar mal para mim. Então, paro de pensar. E a partir do momento que paro de pensar, os interesses do Eu tomam a frente. Azar do cidadão perante a justiça, azar da justiça, azar de todos os outros – eu faço aquilo que me convém. Quando paro de pensar, eu descampo para o mal. Para fazer o bem, é preciso pensar, pois fazer o bem é entrar em conflito com os interesses do Eu. Trata-se de um conflito intrapsíquico. Temos a clivagem, o trabalho, a dominação neoliberal no mundo do trabalho, a propaganda... Tudo isso utiliza essa clivagem que temos em nós. Isso nos permite dizer “em relação a algumas coisas, não penso mais”, “eu repito o que me dizem”, “é preciso ser realista”... Esse é o

pensamento dominante, os estereótipos, a ideologia. “É preciso ser realista”. O que significa isso? Eu não estou sendo realista? Quando estou sendo um juiz, não estou sendo realista? Quem é realista? Você?

É uma batalha na qual assumimos riscos para o Eu. Há o risco de estar em conflito, de ser sancionado, de perder o emprego... E, então, não pensamos. A propaganda funciona assim, ela se apropria de você porque, de certa forma, isso é bom para você. Foi isso que Bernays entendeu. Ele conseguiu levar todas as mulheres a fumar cigarro em nome da liberdade com muitas propagandas idiotas. Ele conseguiu introduzir a venda de cigarros em favor da indústria do fumo. Fumar um cigarro é se portar como um homem, ser livre. São mentiras. Não vou detalhar a história de Bernays. Ele escreveu um livro intitulado *Propaganda*. É muito interessante. Isso só funciona porque todos nós temos também uma clivagem e diante de situações em que os interesses do Eu se sentem ameaçados, nós somos capazes de nos contentarmos com um pensamento emprestado. E acabamos cedendo a atos que o senso moral reprovava. Isso é arrasador.

O êxito da tirania não está associado apenas à sociedade, mas a cada um de nós também. Isso é complicado de suportar. A psicanálise não se debruçou suficientemente sobre essa questão, e acredito que é por isso que ela vai mal. É preciso estudar o sucesso da propaganda e do neoliberalismo, pois assim poderemos abordar problemas que concernem toda a sociedade. Se formos capazes de levar isso à sociedade, aí será interessante. Quando falo com os juízes no Ministério Público, eles ficam apaixonados pela psicanálise. Eu não falo de um ponto de vista da psicanálise no ar, porque o que descobri em muitos casos os juízes não conseguiram imaginar. Por que um francês criado no interior da França, católico, se torna um terrorista islâmico? Como isso é possível? Ele vai pra Síria, para o Iraque para matar. Ele corta a cabeça das pessoas

e filma isso. Quando eu falo, na condição de psicanalista, todos ficam encantados, pois levanto questões.

Mas os psicanalistas não se interessam por isso. É preciso partir da clínica. Quando levantamos essas questões, vocês podem ter certeza que não são apenas os juízes, mas que muitos outros também se interessam por aquilo que temos a dizer. Acho que os psicanalistas não se engajam muito nessas questões. Essa é uma das fraquezas da psicanálise, um dos motivos para a crise da psicanálise.

Há essa tendência à servidão voluntária, inclusive entre psicanalistas. Não temos tanta clareza quanto à possibilidade de colaborar para coisas as quais o senso moral reprova. E isso nos remete, enquanto psicanalistas, à condição de trabalhar sobre nós mesmos. É por isso que a questão da resistência, no sentido nobre do termo, se opõe às diferentes formas de dominação. Será que os psicanalistas resistem à dominação? Lutam contra ela ou colaboram? Será que eu colaboro com o sistema ou será que me recuso e resisto? É preciso sustentar a resistência. Com psicanalistas que trabalham, atualmente, em hospitais, a questão é direta.

Não vou entrar em detalhes aqui. Poderia contar várias histórias clínicas. Eu disse que não falaria da psicopatologia do trabalho, mas vocês me levaram a falar um pouco sobre isso. A psicanálise é uma profissão, um trabalho. Nós precisamos de condições muito específicas para podermos trabalhar em análise. Nas instituições, o espaço e o tempo dos quais precisamos para um trabalho analítico está cada vez mais restrito. É preciso fazer terapia cognitivo comportamental, que trabalha rápido e que é o inverso da psicanálise. Aceitamos esse compromisso ou não? Assim que entramos para trabalhar em uma instituição, essa questão surge. Mas, além disso, ela pode se expressar de forma mais radical para alguns de nós. Será que os pacientes querem ser livres? Será que é isso

que buscam na análise? O terrível é que se eu luto pela liberdade do Eu, o preço a pagar é que sofrerei mais do que se eu ceder às prescrições ou interesses do Eu. Para ser livre, eu preciso pensar e me sentir, talvez, mais angustiado. Esse é o meu caso. A situação social, política, trabalhista e ambiental me angustia. Ser livre é não se sentir tão bem às vezes. Não ser livre nos faz sentir melhor. Então, a psicanálise não dá acesso direto à felicidade.

Nós estamos indo um pouco longe, me desculpem. Mas esses são os verdadeiros problemas da análise.